

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ANA MARIA OLIVEIRA LEITE**

**UM MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA: A  
ARTICULAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO ÂMBITO PRÉ E  
PÓS GOLPE DE 1964**

**MARIANA**

**2025**

**Ana Maria Oliveira Leite**

**UM MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA: A  
ARTICULAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO ÂMBITO PRÉ E  
PÓS GOLPE DE 1964**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Andre de Lemos Freixo

MARIANA

2025



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Ana Maria Oliveira Leite**

**Um Movimento Feminino Pela Anistia: a articulação política de mulheres no âmbito pré e pós-Golpe de 1964**

Monografia apresentada ao Curso de História - Bacharelado da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História

Aprovada em 26 de Agosto de 2025.

### Membros da banca

Doutor - Andre de Lemos Freixo - Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutor - Jefferson José Queler - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Mestra - Larissa Vitória Ivo - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Andre de Lemos Freixo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 22/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Andre de Lemos Freixo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/09/2025, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0981957** e o código CRC **AACCEE55**.

*São cruzeiros sem nomes  
Sem corpos  
Sem datas*

*Memória de um tempo onde lutar por seu direito  
É um defeito que mata*

*(GONZAGUINHA, 1979)*

## RESUMO

Este trabalho procura refletir sobre as ações empreendidas pelo Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) a favor da anistia política durante o período ditatorial brasileiro. O MFPA surgiu no contexto do Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas, abrangendo os princípios de Igualdade, Desenvolvimento e Paz. O Movimento toma a bandeira da Paz como ponto de partida, relacionando-a com a luta pela garantia dos Direitos Humanos no Brasil, os quais vinham sendo violados pelo regime de controle e repressão dos militares. Therezinha Zerbine, fundadora e presidente do MFPA, atraiu participantes de todo o país, fundando núcleos estatais que se articulavam nacionalmente. O Movimento, porém, não se constituiu como um grupo homogêneo, muitas vezes entrando em conflito quando em relação às pautas levantadas: Therezinha frisava somente a busca pela Anistia como demanda urgente para o povo brasileiro, enquanto outras mulheres viram no MFPA uma porta de entrada para a atuação política, organizando-se e apoiando outras questões, como a luta feminista em ascensão no Brasil. O MFPA atuou como precursor na movimentação acerca da Anistia, influenciando e incentivando outras entidades na luta, até a conquista da Lei da Anistia em 1979, ainda que com muitas ressalvas.

**Palavras chaves:** anistia; ditadura civil-militar; Movimento Feminino pela Anistia.

## **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the actions undertaken by the Female Movement for Amnesty (MFPA) in favor of political amnesty during the Brazilian dictatorship. The MFPA emerged in the context of International Women's Year, established by the United Nations, encompassing the principles of Equality, Development, and Peace. The Movement takes the banner of Peace as its starting point, relating it to the struggle to guarantee Human Rights in Brazil, which had been violated by the military regime of control and repression. Therezinha Zerbine, founder and president of the MFPA, attracted participants from all over the country, founding state centers that were coordinated nationally. The Movement, however, was not a homogeneous group, often coming into conflict over the issues raised: Therezinha emphasized only the search for amnesty as an urgent demand for the Brazilian people, while other women saw the MFPA as a gateway to political action, organizing and supporting other issues, such as the rising feminist struggle in Brazil. The MFPA acted as a precursor in the movement for amnesty, influencing and encouraging other entities in the struggle, until the Amnesty Law was passed in 1979, albeit with many caveats.

**Keywords:** amnesty; civil-military dictatorship; Female Movement for Amnesty.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>1. Panorama do Regime Ditatorial Brasileiro (1964-1985)</b>	<b>11</b>
1.1. O cenário do Golpe	11
1.2. Mulheres, conservadoras e pela "Democracia" - O Feminino na Marcha da Vitória	18
1.3. A efetivação do Regime	21
<b>2. Um Movimento Feminino, Conservador e Pela Anistia</b>	<b>25</b>
2.1. O processo de reabertura política e a formação do MFPA	25
2.2. Brasil Mulher e Maria Quitéria - Feminino, não feminista!	32
<b>Considerações finais - uma Anistia posta em prática</b>	<b>36</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>39</b>

## Introdução

Perto de completar meio século de promulgação, a Lei da Anistia segue em destaque no debate social. O 8 de janeiro de 2023 constitui um novo marco para a história do Brasil, um ataque direto ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, especialmente, à democracia brasileira. Os vândalos fizeram questão de causar estragos por onde passaram: vidraças e móveis quebrados, obras de arte e artefatos históricos arruinados, gabinetes de autoridades invadidos e documentos destruídos são alguns exemplos dos rastros deixados.<sup>1</sup>

As instituições democráticas agiram rapidamente, o STF logo abriu um inquérito de investigação sobre a trama do *golpe*, atuando no decreto de prisões, julgamentos e condenações daqueles que participaram, de qualquer maneira, da depredação.<sup>2</sup> A partir da ação do judiciário, grupos apoiadores do ataque – autodenominados “patriotas”, liderados pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro – alegam que as medidas tomadas são desproporcionais e excessivas, e conceitos como *anistia*, *censura* e *ditadura* passaram a ser revistos e propagados para o público. A problemática gira em torno – além de todos os trâmites legais-burocráticos – da reconstrução da memória coletiva sobre o período ditatorial do Brasil, partindo de um pressuposto que ameniza os aparatos de violência e repressão cometidos por agentes do Estado durante o regime, e deturpa os processos realizados pelo STF em defesa da Constituição.

O *livro-manifesto* “Que história pública queremos?”, reúne 20 capítulos que apresentam os modos pelos quais a noção de história pública tem sido interpretada no Brasil.<sup>3</sup> O artigo de Caroline Silveira Bauer trata do papel da história pública frente ao revisionismo da ditadura civil-militar brasileira, abordando o processo de redemocratização como fundamental para a consolidação da memória sobre o período ditatorial. A autora traz uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Datafolha, realizada em fevereiro de 2014, sobre as opiniões acerca da democracia e do regime autoritário no Brasil, na qual o resultado evidencia que 38% da população se considera indiferente ao regime político, ou até mesmo preferem

<sup>1</sup> SANTI, Maurício de. **8 de Janeiro** – Democracia Restaurada. Reportagem Especial. Rádio Senado, Brasília, 04 jan. 2024. Duração: 35 min. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2024/01/04/8-de-janeiro-democracia-restaurada>. Acesso em: 11 ago. 2025.

<sup>2</sup> RICUPERO, Bernardo. **O que foi o 8 de janeiro?** Jornal da USP, São Paulo, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

<sup>3</sup> MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? / What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. 360 p. ISBN 978-85-93467-16-5.



uma ditadura, enquanto 32% dos entrevistados não sabiam qualificar os feitos da ditadura como positivos ou negativos.<sup>4</sup>

Os números assustam, mas são um claro indicativo da política de silenciamento e da cultura de impunidade aplicadas pela ditadura, que controlou, por anos, a produção historiográfica e influenciou a percepção social do regime. É comum vermos discursos que neutralizam as ações repressivas utilizadas pelo Estado na manutenção do poder, justificando e legitimando as práticas violentas “pela crença na efetividade do terrorismo de Estado” (SOUSA, 2018, p.198), pelo combate ao comunismo, em defesa da pátria, da família e da liberdade, mesmo que signifique um estado de exceção de direitos humanos. O revisionismo histórico reforça marcadores sociais de poder e exclusão, a exaltação dos *tempos da ditadura* demonstra que, determinadas visões populares, valorizam a hierarquia, a autoridade e as práticas de controle e repressão em prol da *segurança nacional*.<sup>5</sup>

Maurice Halbwachs defende que a memória individual só pode ser compreendida a partir de sua dimensão social. Em seu livro “A Memória Coletiva”, o autor introduz o conceito de *quadros sociais da memória*, defendendo a tese de que os indivíduos não recordam de forma isolada, mas sempre em relação ao grupo social que os fornecem referências: a família, a religião, classe social ou grupo político ao qual pertencem.<sup>6</sup> A memória surgiria como um fenômeno essencialmente social, perpassando os vínculos de pertencimento e as condições históricas específicas que determinam o que pode ser lembrado e de que maneira se lembra.

No livro “Memória, esquecimento, silêncio”, Michel Pollak, inspirado por Halbwachs, trata do enquadramento de memórias individuais em memórias coletivas, concluindo que não há possibilidade de autonomia do sujeito em relação à estrutura social, e portanto, todas as memórias seriam coletivas. Pollak (1988) define a memória nacional – memórias coletivas solidamente estruturadas – como “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.”<sup>7</sup>

Para Pollak, é necessário *enquadrar* a memória, ou seja, selecionar e organizar seus modos de transmissão dentro de um grupo social, processo que molda as narrativas individuais e coletivas, trabalho que deve ser feito por profissionais da história por meio da

---

<sup>4</sup> *Idem.* p.198.

<sup>5</sup> *Ibidem.*

<sup>6</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 222 p. ISBN 85-88208-74-1.

<sup>7</sup> POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 2, p. 201–217, 1988.

análise de materiais historiográficos. O que vemos hoje, porém, é como o enquadramento de memórias pode ser, e é usado de maneira indevida, manipulando memórias coletivas a fim de atender interesses específicos.

Paul Ricoeur também debate sobre a relação entre memória e esquecimento em “A memória, a história, o esquecimento”. Ricoeur trabalha sobre a questão da anistia e sua aproximação com a *amnésia*, o perdão e a impunidade, classificando-a como o silenciamento do não-esquecimento da memória.<sup>8</sup> A anistia, da maneira como é aplicada, reverbera na garantia de impunidade do Estado perante às violências praticadas e “tende a apagar as marcas psíquicas ou sociais, como se nada houvesse ocorrido.” (RICOEUR, 2007, p. 477)

Em 2019 a Revista VEJA publicou uma matéria intitulada “Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura”<sup>9</sup>, reunindo diversas situações em que o ex-presidente do país e um de seus filhos, deputado federal, fizeram saudosas alusões ao período ditatorial. A negação de que tenha sido um golpe, o louvor ao AI-5 e o elogio a torturadores são só algumas das manifestações pontuadas pela matéria.

Em contrapartida, a recuperação da memória nacional sobre os horrores do regime militar também vem sendo recuperada nos últimos anos, em especial após o sucesso da obra cinematográfica “Ainda Estou Aqui”, dirigida por Walter Salles e baseada no livro de mesmo título, escrito por Marcelo Rubens Paiva. A adaptação é um relato vivido pela família do engenheiro e político Rubens Paiva, sequestrado, desaparecido e morto pelos agentes repressivos do Estado. O filme venceu a categoria de Melhor Filme Internacional do Oscar 2025, e concorria em outras duas categorias da mesma premiação. Com a repercussão do longa-metragem, a questão dos direitos humanos e desaparecidos políticos retorna ao debate público e às redes sociais, além de fomentar o interesse em torno do universo da ditadura civil-empresarial-militar, com o questionamento da remuneração de ex-militares e a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, em 2024.<sup>10</sup>

A partir do panorama de divergências na produção de memórias nacionais sobre o grave período de exceção no país, urge a necessidade de ampliar os trabalhos acadêmicos e os debates sociais sobre a ditadura civil-empresarial-militar brasileira. Nesse sentido, este

<sup>8</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.507 ISBN 978-85-268-0777-8.

<sup>9</sup> REDAÇÃO VEJA. **Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura**. Veja, 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

<sup>10</sup> NEXUS – Pesquisa e Inteligência de Dados. **60% dos posts sobre ditadura no Instagram citam Ainda Estou Aqui**. Estudos divulgados. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.nexus.fsb.com.br/estudos-divulgados/60-dos-posts-sobre-ditadura-no-instagram-citam-ainda-estou-a-qui/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

trabalho propõe-se a examinar a atuação de movimentos femininos nos cenários pré e pós golpe de 1964, evidenciando suas divergências de atuação e posicionamentos políticos, e suas convergências no processo de reiteração da mulher como sujeito político, capaz de se organizar e atuar coletivamente em prol de variadas pautas no campo político e social.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta um panorama político do Brasil a partir do governo de Jânio Quadros, pontuando os momentos de crise e instabilidade que antecederam o golpe de 1964. Neste contexto, o trabalho analisa as formas de mobilização de grupos femininos conservadores, no que tange à articulação das Marchas da Família e sua contribuição para a legitimação da ruptura democrática.

O segundo capítulo dedica-se à análise do período ditatorial, perpassando pelos atos institucionais e destacando os mecanismos de repressão e violência praticados pelo Estado, além do surgimento do Movimento Feminino pela Anistia. Ressalta-se aqui o protagonismo feminino como fundamental na ação política, evidenciando a criação e mobilização dos núcleos do Movimento nas estratégias de debate em prol da anistia. Por fim, o terceiro capítulo aborda a aplicação da Lei da Anistia e as disputas de memória e esquecimento que a acompanham, observando suas consequências históricas, políticas e sociais para o povo brasileiro.

## 1. Panorama do Regime Ditatorial Brasileiro (1964-1985)

### 1.1. O cenário do Golpe

O golpe militar estabelecido no Brasil é reflexo de um quadro de crises políticas que transformaram os setores econômicos, políticos, culturais e sociais de maneira inigualável. Para compreender tal momento histórico, urge a necessidade de apresentar os mecanismos de construção e sustentação do regime de repressão, que perpassam os governos Vargas e a recém redemocratização do país (1945) com o fim da ditadura do *Estado Novo*. A Era Vargas (1930-1945 e 1951-1954) cumpriu o que prometia, e Getúlio Vargas de fato obteve a comoção nacional que desejava com sua notória frase de despedida, presente em sua Carta-Testamento: “Deixo a vida para entrar na História”<sup>11</sup>. Os ideais getulistas marcaram o cenário político-social nacional, e os trabalhadores ansiavam por uma liderança que garantisse a aplicação dos direitos conquistados ao longo da Era.

O governo de Jânio Quadros (1961) foi crucial para compor o contexto político e social do pré-Golpe. É de suma importância ressaltar sua acelerada ascensão na carreira política, iniciada em 1947 com a disputa pela vereança da cidade de São Paulo e percorrendo os cargos de deputado estadual (1950), prefeito (1953) e governador (1955) de São Paulo, até chegar à presidência do Brasil em 1960. Esse célere caminho se deu pelo seu caráter “populista”<sup>12</sup>, abordagem política que visa o apoio popular. O sotaque carregado, a aparência cuidadosamente desleixada, seus gestos teatrais e exagerados, seu discurso carismático e didático aliado a um discurso moralizador, o aproximavam dos eleitores populares e colaboraram para a construção de sua identidade populista.

Jânio se projetou na esfera política com a intenção de ser uma figura imparcial, que racionalizaria o Estado e o livraria da corrupção e dos casos de apadrinhamento.<sup>13</sup> Foi nesse contexto que surgiu seu emblemático jingle, composto por Maugeri Neto e Fernando Azevedo de Almeida, contendo os seguintes versos:

---

<sup>11</sup> VARGAS, Getúlio. **Carta-Testamento de Getúlio Vargas – Texto completo**. In: Câmara dos Deputados – Banco de Discursos do DETAQ, Brasília, 23 ago. 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>. Acesso em: 15 set. 2025.

<sup>12</sup> Jefferson Queller faz uma análise aprofundada das pesquisas sobre o caráter populista de Jânio Quadros no primeiro capítulo de sua dissertação. Ver:

QUELER, Jefferson. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

<sup>13</sup> QUELER, Jefferson José. **Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 29, n. 84, fev. 2014. p. 121

Varre, varre, varre vassourinha! // Varre, varre a bandalheira! // Que o povo já 'tá cansado // De sofrer dessa maneira // Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! // Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado! // Alerta, meu irmão! // Vassoura, conterrâneo! // Vamos vencer com Jânio!<sup>14</sup>

Jânio, porém, foi incapaz de conter os pedidos de apadrinhamento dos cidadãos. Jefferson Queler (2007) aponta que “A opinião de que o governo estava ausente da vida dos cidadãos, em muitas ocasiões, traduziu-se em pedidos de favores, proteção e apadrinhamento. Em tais casos, Jânio aparecia como um pai capaz de prover seus filhos com benesses.”<sup>15</sup> Nem mesmo seus frequentes discursos contra a prática do paternalismo impediram que as demandas pessoais da população aparecessem, especialmente após diversas delas terem sido atendidas por sua equipe ou por seus apoiadores.

O governo de Jânio foi marcado por incongruências e polêmicas, já que o presidente governava de forma centralizadora e autoritária, com pouca articulação com o Congresso Nacional. Conquistou o apoio da UDN (União Democrática Nacional, principal partido da época), mas tomou decisões muito polêmicas sem consultar seus aliados: afirmou que o partido não representava o pensamento do governo, anunciou o plano de Política Externa Independente (PEI) com missões diplomáticas em países socialistas e condecorou o líder revolucionário comunista Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Suas decisões repercutiram negativamente, os conservadores e setores da mídia passaram a atacar demasiadamente o governo alegando que “a política externa do Brasil é apoiada apenas pelos comunistas”<sup>16</sup>. Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao poder com uma carta entregue ao Congresso Nacional:

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando nesse sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública.<sup>17</sup>

<sup>14</sup> MAUGERI NETO; ALMEIDA, Fernando Azevedo de. **Varre, varre, vassourinha**. Intérprete: GERARDI, Alcides. In: MEMORIAL da democracia. 2015 -2017. Jingle lançado em 1960. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/um-presidente-da-udn-um-vice-do-ptb>>. Acesso em: 15 jun. 2025

<sup>15</sup> Jefferson José Queler, **Jânio Quadros, o pai dos pobres**: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960). *op.cit.*

<sup>16</sup> Jornal do Brasil, 24 de agosto de 1961

<sup>17</sup> BRASIL. Presidente (1961): Jânio Quadros. **Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros**. Organizadora: Camille Bezerra de Aguiar Muniz. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p.

Não se sabe ao certo a intenção dessa renúncia, a teoria mais aceita entre os historiadores é que Jânio contava com uma comoção popular clamando sua volta, porém nenhuma mobilização foi feita.

O vice-presidente João Belchior Goulart (Jango) já era um rosto conhecido na política, mesmo antes de assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Vicente Goulart, pai de Jango, era um velho amigo da família Vargas. Jango se tornou grande amigo de Maneco Vargas, filho do ex-presidente Getúlio e um dos responsáveis pela administração da fazenda da família. Quando Getúlio Vargas retorna ao Rio Grande do Sul, em 1945, ele vê em Jango um excelente auxiliar para suas articulações políticas, transformando-o então em seu principal interlocutor.

Jango foi eleito como deputado estadual do Rio Grande do Sul em 1947, e como deputado federal em 1951, durante o segundo mandato de Vargas. Em 1952, assumiu a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fortalecendo e organizando o partido, transformando-o em um grande aliado do presidente. Porém, após um polêmico discurso presidencial, no qual Vargas exaltava a liberdade sindical e a participação do proletariado no governo através do voto livre e secreto, Jango passou a ser grande alvo dos conservadores, acusado de exercer influência sobre as falas do presidente.

No ano seguinte, 1953, Jango chegou ao Ministério do Trabalho em um cenário de instabilidade política no campo dos proletariados. O período foi marcado por protestos e paralisações, que envolviam os operários de indústrias têxteis, metalúrgicas, marceneiras, vidreiras e gráficas. Além disso, os marítimos dos portos do Rio de Janeiro também se mobilizaram em uma paralisação, que dificultou o comércio de importação e exportação. Os conflitos foram controlados por intermediação de Jango, que atendeu parte das demandas dos trabalhadores envolvidos. Seu mandato como ministro foi marcado por uma forte aproximação com os movimentos sindicais e pela defesa dos direitos trabalhistas, gerando um enorme desconforto entre os antigetulistas. O estopim ocorreu apenas 8 meses após sua posse, quando Jango propôs um aumento de 100% do salário mínimo e o congelamento de preços das mercadorias essenciais ao povo.<sup>18</sup>

A reação foi imediata: tanto o Congresso Nacional quanto a imprensa rejeitaram veemente a proposta apresentada, consideravam-na parte de um plano golpe de Estado de

---

33. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos\\_janio\\_quadros.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2025

<sup>18</sup> VILLA, Marco Antônio. **Jango**: um perfil. São Paulo: Globo, 2004. cap. 1.

Vargas. Oficiais do Exército organizaram e divulgaram um manifesto, conhecido como “memorial dos coronéis”, redigido pelo coronel Golbery do Couto e Silva e assinado por outros 81 membros da academia, criticando violentamente a proposta de Jango. Um dos argumentos apresentados foi que:

[...] a elevação do salário mínimo a nível que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigidas de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, estancando qualquer possibilidade de recrutamento, para o Exército, de seus quadros inferiores. (Memorial dos Coronéis, p. 6)<sup>19</sup>

Poucos dias após a divulgação do manifesto na imprensa, Goulart deixou o ministério com uma carta de demissão.

Em 1955, porém, Jango assumiu novamente um posto de importância do Poder Executivo, elegendo-se vice-presidente de Juscelino Kubitschek e conseguindo o feito de uma reeleição na eleição seguinte, na qual Jânio Quadros se consagrou presidente.

Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart enfrentou resistências quanto à sua posse como presidente. No momento da renúncia, Goulart estava em viagem à China, e, de acordo com a Constituição, durante sua ausência no país, o presidente da Câmara assumiria a presidência. As elites – políticas, econômicas, liberais e anti-varguistas – se dividiram acerca da legalidade da posse de Jango: os ministros militares foram contra, respaldados pela UDN e por outros grupos conservadores, como foi demonstrado em um manifesto redigido pelo coronel Golbery do Couto e Silva, publicado no dia 30 de agosto de 1961:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus Ministros, manifestam a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.<sup>20</sup>

A trajetória política de Jango reverberava na opinião dos militares e conservadores, que o acusavam – ainda que sem comprovação – de animar e apoiar manifestações grevistas e de ser um grande admirador do regime das comunas populares da China e da União Soviética, como também constava no último manifesto militar divulgado:

<sup>19</sup> Memorial dos Coronéis (1954)

<sup>20</sup> MINISTROS MILITARES. **Manifesto dos Ministros Militares de 30 de agosto de 1961 contra a posse de João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros**. São Paulo, [1961]. Disponível em: <https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/contrapossejango1961.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia e na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.<sup>21</sup>

A posse do vice-presidente foi amplamente debatida na imprensa. Jornais como Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Diário de Notícias defendiam os princípios democráticos brasileiros fundamentados na Constituição Federal. O Editorial Hora Grave e Solene, publicado na Folha de S. Paulo no dia 28 de agosto de 1961 afirma que:

A Constituição Federal de 1946 continua presa ao seu destino: ser periodicamente violada. [...]

As Forças Armadas que meditem profundamente nas consequências da ilegalidade que estão na iminência de praticar. São, aliás, imprevisíveis. Se tudo correr bem, estaremos, no mínimo, fixando o terrível hábito de desacatar frequentemente a grande lei. Coisa própria de republiquetas, não de uma grande nação. [...] Confiemos neles, esperando que façam, senão o melhor, ao menos o menos ruim, na triste condição em que se acha o Brasil, em virtude do tresloucado ato do sr. Jânio Quadros.<sup>22</sup>

Ao mesmo tempo, o jornal Tribuna da Imprensa convocava a ação das Forças Armadas, enfatizando a defesa da democracia em oposição aos perigos comunistas:

Hoje, mais do que nunca, os brasileiros estão diante de dois caminhos: a democracia e o comunismo. Esta é, portanto, uma hora de opção.

As Forças Armadas, com sua tradição de democracia e liberdade, e fiéis aos interesses supremos do Brasil e de seu povo, estão decididas a preservar a paz nos lares e nas ruas, e garantir que o Brasil siga o seu caminho e o seu destino de país livre. (Tribuna da Imprensa, agosto de 1961)<sup>23</sup>

Iniciou-se então a chamada Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de João Goulart, e apoiada por deputados, sindicalistas, estudantes, e até mesmo pelo comandante do III Exército. A contraproposta à Campanha encontrada pelos conservadores foi a implementação do regime parlamentarista, limitando o poder do presidente. Temendo pelo seu direito à presidência, Jango aceitou a medida e tomou posse do cargo de Presidente da República no dia 7 de setembro de 1961.

Em um plebiscito votado em janeiro de 1963, porém, o presidencialismo foi restabelecido após mais de 80% dos votos serem contrários ao regime parlamentar.<sup>24</sup> A

<sup>21</sup> Manifesto Dos Ministros Militares, *op. cit.*

<sup>22</sup> **Hora Grave e Solene**. Editorial. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 ago, 1961, p.4.

<sup>23</sup> **A Defesa da Liberdade**. Editorial. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 29 ago, 1961, p.4.

<sup>24</sup> Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 jan, 1963.



situação administrativa durante o período parlamentarista não estava nem um pouco favorável, como afirma Marco Antonio Villa na obra “Jango - um perfil (1945-1964)”:

De 1961 para 1962, a taxa de crescimento caiu de 7,7% para 3,5%; a inflação saltou de 33,3% para 54,8%; o déficit em relação ao produto nacional bruto aumentou de 2,9% para 4,8%; e, 1962, o débito de capitais e a remessa de lucros representaram 45% do valor total das exportações. (Villa, 2004, p.97.)<sup>25</sup>

Jango tentava controlar a situação, prometendo reformas políticas, econômicas e sociais. O Plano Trienal, desenvolvido pelo Ministro de Planejamento Celso Furtado, visava combater os principais problemas econômicos, e compreendia medidas de controle da inflação e reformas estruturais, como a Reforma Agrária e a Reforma Tributária. Ao final de 1963, Goulart não havia alcançado êxito na diminuição da inflação do país, voltando-se então para as Reformas de Base que compunham o Plano Trienal.

As reformas sugeridas no Plano incluíam reforma bancária, fiscal, administrativa, eleitoral, urbana, universitária e tendo a reforma agrária o principal foco de ação governamental, visando aumentar a produção de alimentos e diminuir a pobreza. Jango, porém, seguia sem maioria no Congresso, suas reformas não eram aprovadas, e tentava cada vez mais o apoio dos populares.

O evento Comício da Central, de 13 de março de 1964, foi amplamente divulgado e aguardado. Cerca de 150 mil pessoas estavam presentes, além da transmissão em rede nacional de rádio e televisão. Leonel brizola foi um dos oradores mais aplaudidos do comício, com um discurso radical, que sugeria o fechamento do Congresso Nacional:

O povo está exigindo uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República que é o Congresso Nacional, e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários e privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que já não dará nada mais ao povo brasileiro. O atual Congresso já não se identifica com as aspirações do povo brasileiro. A verdade é que, como está, não pode continuar. [...] A única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição dum Congresso Popular em que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, os homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional. [...] Devemos, pois, organizar-nos para defender nossos direitos. Não aceitaremos nenhum golpe, venha de onde vier.<sup>26</sup>

O discurso de Jango, o mais aguardado da noite, durou mais de uma hora. Ao lado direito do presidente, estava Maria Teresa Goulart, presente pela primeira vez em um comício

<sup>25</sup> Marco Antônio Villa, *op.cit.* p.97.

<sup>26</sup> Marco Antônio Villa, *op.cit.* p.176.

do marido. Goulart iniciou sua fala afirmando usar uma linguagem franca, de esperança e confiança no futuro, e prosseguiu reafirmando a polêmica reforma constitucional:

A Constituição atual, trabalhadores, é uma constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia, quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria, que a propriedade da terra seja acessível a todos, que a todos seja facilitado participar da vida política através do voto, podendo votar e podendo ser votado. Que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações ideológicas ou religiosas. [...] Não, trabalhadores, não brasileiros, sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria neste país, nada adianta dar-lhe aquela aparência bem-comportada com que alguns pretendem enganar o povo brasileiro. Meus patrícios, agora é a hora das reformas. A hora das reformas, brasileiros, reformas de estrutura, reformas de métodos, reformas de estilo de trabalho e reformas de objetivos para o povo brasileiro. [...] O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada, pela realidade do tempo em que vivemos. (Transcrição)<sup>27</sup>

Ao terminar, o presidente foi ovacionado pela multidão de mais de 80 mil pessoas, e sua propaganda de reeleição para 1965 estava feita, com panfletos caindo sobre os espectadores. A reação da mídia não diferiu tanto das outras vezes, os simpatizantes o aplaudiram, enquanto os opositores alegavam que o comício promulgava a inquietação geral e atacava a Constituição Nacional.

Outro evento significativo antecedente ao Golpe foi a Revolta dos Marinheiros, motim ocorrido entre os dias 25 e 27 de março, liderado pela Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. O movimento surgiu da insatisfação dos marinheiros com as condições dentro da Marinha, marcadas por salários baixos, maus-tratos e punições disciplinares. Cerca de 2.500 marinheiros se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para debater suas reivindicações, porém, no dia seguinte, o ministro Silvio Mota ordenou a prisão de todos os amotinados. O presidente Jango interview, e concedeu anistia aos revoltosos, permitindo que voltassem à ativa sem punições.

Foi o ponto chave para os militares, que encararam a anistia dada como um sinal de desrespeito à hierarquia militar. Somado ao “perigo comunista” emergente e à desordem político-social, resultaram nos principais fatores para que uma intervenção das Forças Armadas ocorresse.

---

<sup>27</sup>Transcrição disponível em:

<https://ensinarhistoria.com.br/s21/wp-content/uploads/2019/03/comicio-da-central-do-brasil-o-ultimo-ato-popular-de-joao-goulart.pdf>

## 1.2. Mulheres, conservadoras e pela "Democracia" - O Feminino na Marcha da Vitória

Na obra “1964: A Conquista do Estado”, de 1981, o historiador René Armand Dreifuss trata da importância do complexo político IPES/IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática) nas ações de desarticulação do governo João Goulart e na participação destes grupos empresariais no golpe militar.

O IPES conquistou grande mobilização no campo político e ideológico, utilizando as classes médias como referência de um “amplo apoio popular à elite orgânica”<sup>28</sup>, e a mídia, também coordenada pelo IPES, realizava uma grande cobertura desse “apoio popular”. O Instituto descobriu sua “galinha dos ovos de ouro” com a atuação dos grupos femininos de pressão: as donas-de-casa, em geral, esposas, irmãs e mães dos militares. Segundo Dreifuss:

O IPES custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina - UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica - CEC. Ele também assistia financeiramente, provia experiência organizacional e orientação política a esses grupos conservadores católicos e de cunho familiar [...]. (Dreifuss, p. 294)

Os grupos femininos eram compostos, em sua maioria, por mulheres de classe média e da elite, aliadas à grupos políticos conservadores e à Igreja Católica, como explicitado por Janaína Martins Cordeiro, em seu artigo “Femininas e Formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)”:

[...] as lideranças da associação pertenciam, em geral, à elite carioca, frequentavam a Igreja Católica e não exerciam atividades remuneradas, ou seja, eram em sua maioria donas-de-casa. Ainda quando exerciam atividades remuneradas, estas eram consideradas tipicamente femininas, como por exemplo, lecionar em escolas primárias. Este era o caso da própria presidente da associação, Amélia Molina Bastos.<sup>29</sup>

A Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) utilizou de diversas e eficientes táticas para a mobilização de pautas morais para a mobilização popular. Enviou telegramas e cartas, distribuiu livros e panfletos e transmitiu em programas de rádio o discurso de exaltação da democracia brasileira e de difamação do comunismo. Além disso, pressionava diretamente

<sup>28</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 291.

<sup>29</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. **Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)**. Revista Gênero, v. 8, p. 175-208, 2009. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Femininas\\_e\\_formidaveis\\_0.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Femininas_e_formidaveis_0.pdf)>. Acesso em 13 ago 2025

empresas para retirarem seus anúncios dos jornais Janguistas e, no momento anterior ao comício de 13 de março, quando o presidente Jango discursou sobre suas reformas de base, a CAMDE se engajou em uma campanha contra o comício, incentivando as mulheres a ficarem em casa e acenderem velas, em sinal de fé cristã<sup>30</sup>

Um exemplo de atuação dos grupos conservadores femininos foi o episódio conhecido como “Noite das Cadeiras”, que resultou na expulsão de Brizola da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte. Durante uma concentração em defesa das reformas de base, cerca de 300 mulheres invadiram o auditório do evento, e, portando sombrinhas e cadeiras como armas, bradavam que um dia eles seriam derrotados por Deus. O evento foi encerrado, sem ser concluído, e Brizola, que pretendia se apresentar naquela noite, foi expulso da concentração.<sup>31</sup>

Desde o início de março de 1964 estava sendo organizado um grande ato público em resposta ao Comício da Central. Marcada para o dia 19 do mesmo mês, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade representava um pedido da sociedade civil às Forças Armadas, com o intuito de uma intervenção para afastar o país da ameaça comunista. A manifestação foi liderada por grupos femininos, como a CAMDE, a Liga da Mulher Democrata (Limde) e a União Cívica Feminina (UCF).

A marcha do dia 19 de março de 64, que ocorreu em São Paulo, envolveu aproximadamente 500 mil pessoas, entre militares, grupos femininos, setores das classes média e alta e religiosos – não apenas da Igreja Católica –. Era uma resposta direta da classe média e da elite ao comício da central, havendo, inclusive, a publicação de um manifesto com os princípios dos manifestantes:

O povo não admite que entidades subversivas sejam patrocinadas pelos homens públicos que juraram defender a Constituição. O povo não aceita que comícios com lideranças comunistas sejam protegidos pelas Forças Armadas. O povo repudia a mensagem presidencial ao Congresso, que ameaça a Constituição e o Congresso Nacional. O povo se levanta em defesa de sua fé cristã, menosprezada pelo próprio Presidente da República, com sua referência ao rosário que simboliza a fé católica. O povo se une em defesa da legalidade, da liberdade e da fé. O povo defenderá com a própria vida o progresso da democracia que conquistou, e não permitirá o regresso da ditadura. O povo esmagará pela união cívica de todos os brasileiros a subversão que ameaça seu progresso. Eles vão realizar este progresso dentro da ordem e da lei, repudiando subserviências, assim como doutrinas estrangeiras. Para edificar a democracia brasileira baseada no civismo, e torná-la sempre mais autêntica, mais justa e mais próspera, o povo apoiará todas as medidas legais capazes de acelerar o processo de seu desenvolvimento social, econômico e cultural. Marcharemos com Deus, pela Liberdade. (ESTADO DE MINAS, 1964)<sup>32</sup>

<sup>30</sup> René Armand Dreifuss. *op. cit.* p.297

<sup>31</sup> PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964** : dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/9817>. Acesso em: 14 ago 2025.

<sup>32</sup> **Povo paulista fará passeata contra o comunismo.** O Estado de Minas, 18 mar. 1964. p. 2.

Após a primeira manifestação, logo as marchas tomaram conta do cenário nacional e outras quatro foram marcadas: no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Belo Horizonte e em Fortaleza. A passeata do Rio de Janeiro já estava sendo organizada para o dia dois de abril, quando o golpe militar ocorreu, transformando a marcha da Guanabara na *Marcha da Vitória*, a maior das manifestações, com cerca de 800 mil pessoas nas ruas, auge do apoio à intervenção militar.<sup>33</sup>

Em sua dissertação "As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964", Aline Presot ressalta a importância de diferenciar as marchas ocorridas antes do golpe das que ocorreram após. A autora destaca que as primeiras manifestações tinham um caráter *eminentemente reivindicatório*, rogando aos militares a salvação do país da ameaça comunista, e as marchas ocorridas depois da consolidação do golpe abandonaram o caráter reivindicatório, assumindo uma postura de celebração e comemoração da "salvação".<sup>34</sup>

A questão do caráter da ditadura ser civil-militar, empresarial-militar ou apenas militar segue aberta entre os historiadores. Para Mislele Souza da Silva, em sua dissertação "Mulheres em Luta: o Movimento Feminino pela Anistia (1975-1979)", é artificial e vago colocar a sociedade civil em pé de igualdade com as forças militares. A autora sustenta a visão de Dreifuss de que "o empresariado e os tecnocratas tiveram papel fundamental na ditadura", mas que a generalização dessa "sociedade civil" é perigosa.<sup>35</sup> Já o historiador Daniel Aarão, defende que esconder a participação civil no processo de instauração da ditadura "é como tapar o sol com a peneira".<sup>36</sup> Segundo o autor, as marchas de 1964, especialmente as ocorridas pós-golpe, foram um claro "movimento de massas de apoio ao golpe", e portanto, faz-se necessária a utilização do termo "civil-militar", para que aqueles que financiaram e se beneficiaram do regime ditatorial não caiam no esquecimento social.<sup>37</sup>

O historiador Carlos Fico, ao contrário, percebe a participação civil na efetivação e apoio ao golpe militar, porém frisa que os "passos subsequentes foram marcando o caráter

<sup>33</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo**: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. Revista de História, São Paulo, n. 180, p. 1–19, 25 mar. 2021. DOI:10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167214>.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> SILVA, Mislele Souza da. **Mulheres em luta**: o Movimento Feminino pela Anistia (1975–1979). 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. p. 35. DOI:10.14393/ufu.di.2019.702. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27464>. Acesso em: 13 jul. 2025.

<sup>36</sup> REIS, Daniel Aarão. **O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil**. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20161128065920/http://rhbn.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>. Acesso em: 14 ago 2025

<sup>37</sup> Daniel Aarão Reis, *op.cit.*

militar do novo regime” (FICO,2017, p. 51)<sup>38</sup>. O autor defende que o país foi inteiramente controlado pelos militares, e que a conotação do termo *civil-militar* implica uma “redução da responsabilidade dos militares”.<sup>39</sup>

É indiscutível que os setores empresariais pertencentes ao IPES e ligados à outras entidades, como o IBAD; a Escola Superior de Guerra (ESG); o Movimento Anti-Comunista (MAC); a Associação Comercial do Rio de Janeiro; a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), fizeram parte de um programa de poder, ocupando estrategicamente os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, e da Indústria e Comércio.<sup>40</sup> Porém, é de suma importância reforçar que a participação dos grupos civis não altera o caráter militar ditatorial do regime, já que o protagonismo e o controle do Estado estava nas mãos dos militares.<sup>41</sup>

### 1.3. A efetivação do Regime

No dia 31 de março de 1964, o general Olympio Mourão Filho saiu de Juiz de Fora com suas tropas em direção ao Rio de Janeiro, acreditando que seu movimento “seria a faísca capaz de acender o rastilho de pólvora entre os comandos militares.”<sup>42</sup> No dia 2 de abril, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara vaga a presidência do Brasil, depondo Goulart do cargo, e no dia 11 do mesmo mês o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente do Congresso, formalizando o regime militar.<sup>43</sup>

O *Regime dos Atos Institucionais* foi usado como um complemento à Constituição de 1946, que vigorou durante os primeiros anos do período ditatorial. Os Atos “foram normas arbitrariamente editadas entre os anos de 1964 e 1969 pelos comandantes das forças armadas ou pelo presidente, sem qualquer consulta popular ou participação dos membros do poder

<sup>38</sup> FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5–74, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338151136002.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural, [s.l.], v. 13, n. 27, p. 39–53, 2º sem. 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 12 jul 2025

<sup>41</sup> Mislele Souza da Silva. *op.cit.* p.34

<sup>42</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 846 p. ISBN 978-85-359-2566-1 p.372

<sup>43</sup> Lília Moritz Schwarcz, **op. cit.**

legislativo, eleitos como representantes do povo”, como explicam Gabriela Bechara e Horácio Rodrigues em “Brasil: uma biografia.”<sup>44</sup>

Inicialmente proposto como um Ato Constitucional Provisório, o Ato Institucional nº1, promulgado em 9 de abril de 1964, expandiu os poderes do Executivo, concedendo-o o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos e demitir funcionários públicos, além de determinar eleições indiretas para o cargo de Presidente da República.

O AI-2 pode ser entendido como a estruturação do regime de maneira mais autoritária, reforçando os poderes do presidente da República. Após sua publicação, o presidente poderia decretar Estado de Sítio, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores e intervir nos estados. Além disso, enrijeceu a competência da Justiça Militar na punição dos crimes relacionados à segurança nacional e extinguiu os partidos políticos, implementando o bipartidarismo com a ARENA (Aliança Renovadora Nacional, apoiadora do regime) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro, oposição controlada do regime). Para o escritor Marcos Napolitano, “Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva.”<sup>45</sup>

O AI-3, decretado em 1966, estabeleceu eleições indiretas para governadores e a nomeação de prefeitos das capitais. Em seguida, o AI-4, de 1967, convocou o Congresso Nacional para elaborar e aprovar uma nova Constituição, que institucionalizou a ditadura no Brasil.

No ano de 1968 é estabelecido o AI-5, o mais emblemático do regime. Conhecido pela sua repressão e autoritarismo, ele marcou o início dos Anos de Chumbo, tido como o período mais violento de toda a ditadura. Foi este o Ato Institucional que decretou o fechamento do Congresso Nacional, autorizou a prisão e o interrogatório de qualquer pessoa sem a necessidade de *habeas corpus* e suspendeu as garantias constitucionais, como a liberdade de reunião, a inviolabilidade do lar e o sigilo de correspondência. Órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foram fundamentais para a manutenção da ordem social no país, perseguindo, vigiando e eliminando os opositores do regime.

---

<sup>44</sup> BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário**. Revista Justiça do Direito (UPF), Passo Fundo, v. 29, n. 3, p. 587–605, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611>. Acesso em: 24 jul. 2025.

<sup>45</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2020. ISBN 978-85-7244-826-0.

Este trabalho detalha somente os cinco primeiros Atos, mas, ao todo, entre os anos de 1964 e 1969, o governo promulgou 17 Atos Institucionais e editou 104 Atos Complementares, que legitimaram e acentuaram o caráter autoritário e violento da ditadura militar brasileira.

O período foi marcado pelo cerceamento de direitos políticos e individuais, com graves violações aos direitos humanos. Para o historiador Marcos Napolitano, a ditadura militar brasileira criou uma “máquina repressiva” sustentada pelo tripé: *vigilância, censura e repressão*. Tal máquina teve seu respaldo teórico no conceito de “guerra revolucionária”, a qual pressupõe a utilização de recursos – militares, políticos e de informação – no combate a um inimigo oculto entre a população. Ou seja, “todos eram suspeitos até que se provasse o contrário.” (NAPOLITANO, 2020)<sup>46</sup>

O SNI atuou como órgão informativo, e se ocupou em “vigiar funcionários públicos civis, movimentações das lideranças políticas, atividades legais ou clandestinas dos movimentos sociais, trajetórias intelectuais e artísticas.”<sup>47</sup> Já os serviços de inteligência militar atuavam informacional e operativamente, agindo junto às delegacias e ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), especialmente até o final da década de 1960. Há ainda a atuação do sistema DOI-Codi (Destacamentos de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), fruto do crescimento das guerrilhas anti-regime e sob controle direto de cada Exército ou região militar.

A tortura como meio de repressão foi aplicada sistematicamente aos acusados de atividades *subversivas*<sup>48</sup> desde o primeiro ano do regime, perpetuando mecanismos de dominação e poder que, no Brasil, remontam ao período colonial, quando a violência física e psicológica era empregada para subjugar – principalmente – a população escravizada. Logo no primeiro ano do regime ditatorial a prática passou a ser denunciada. A imprensa publicava esporadicamente matérias denunciando a violência nos quartéis, mas, em 1º de setembro de 1964, o Correio da Manhã publicou um editorial intitulado “Tortura e insensibilidade”, que declarava:

Todos os dias, desde 1º de abril, o público e as autoridades tomam conhecimento com detalhes cada vez mais precisos e em volume cada vez maior de atentados contra o corpo e a mente de prisioneiros culpados e inocentes. No entanto, desde o dia 1º de abril, o silêncio pesa por sobre esses crimes. Não há uma explicação, uma nota, um protesto oficial sobre as denúncias. Esse silêncio, e a própria frequência com que se toma conhecimento das torturas, provocam uma reação ainda mais

---

<sup>46</sup> *Ibidem*.

<sup>47</sup> *Ibidem*. p. 132.

<sup>48</sup> COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, Conselho Mundial de Igrejas e Arquidiocese de São Paulo. Projeto A – **Brasil**: Nunca Mais, volume 7. São Paulo: Projeto “Brasil: Nunca Mais”, [s.d.].p.2.



sinistra: verifica-se a tendência para cair numa gradual insensibilidade, esgotando-se a capacidade de sentir horror e revolta. [...] [...] até quando imperará, insofreada, a brutalidade nas cadeias e nos quartéis brasileiros? Até quando permitiremos que a tortura nos degrade, pois que degradados estamos enquanto houver, em qualquer canto desta terra, uma só vítima brutalizada.<sup>49</sup>

Após esse artigo, o Correio passou a publicar diariamente denúncias de torturas. Se tratava, portanto, de uma pressão para que o governo rompesse com a cumplicidade e omissão em face dos crimes cometidos pelos militares. Na década de 70, pouco mais de 5 anos após a instauração da ditadura, acirraram-se os desaparecimentos extra oficiais.

Para além de todo o aparato ilegal de repressão, o regime ainda sancionou os AIs 13 e 14, que, respectivamente, legitimaram a expulsão de cidadãos considerados perigosos do território nacional e estabeleceram a pena de morte e prisão perpétua. Sob o *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o”, a ditadura militar brasileira incitou o nacionalismo e o apoio ao governo, usado ainda para marginalizar aqueles contrários ao regime.

O exílio ao longo da ditadura pode ser dividido em duas gerações, a de 1964 e a de 1968.<sup>50</sup> A primeira leva era formada por líderes políticos e sindicalistas ligados ao governo de João Goulart: o próprio Jango, Leonel Brizola, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, além de oficiais e sargentos expulsos do Exército. A segunda geração já era constituída por estudantes, intelectuais, artistas, cientistas, sindicalistas e militantes da oposição.<sup>51</sup> Um levantamento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República calcula que cerca de 50 mil pessoas foram presas nos primeiros meses da ditadura; em torno de 10 mil cidadãos tenham vivido em exílio em algum momento do período; quatro condenações à pena de morte foram conferidas, mas não consumadas; 130 pessoas foram banidas do país; 4.862 tiveram seus direitos políticos cassados, 6.592 militares foram punidos e pelo menos 245 estudantes foram expulsos de universidades.<sup>52</sup>

<sup>49</sup> Correio da Manhã, 1º de setembro de 1964. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=54942](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=54942) Acesso em 14 ago 2025

<sup>50</sup> BRASIL. **Memórias Reveladas**: exilados. Brasília: Arquivo Nacional, Governo do Brasil, disponível em:

<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/destaques/exilados>. Acesso em: 13 ago 2025

<sup>51</sup> BRASIL. **Exílio é a saída para milhares de brasileiros**. Memorial da Democracia. [s.l.], Memorial da Democracia, janeiro 1969. Disponível em:

<https://memorialdademocracia.com.br/card/exilio-e-a-saida-para-milhares-de-brasileiros>. Acesso em 20 jun 2025

<sup>52</sup> BRASIL. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Memória-Relatório: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. p. 30. Disponível em: [www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/memoria.pdf](http://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/memoria.pdf) Acesso em: 20 jun 2025

## 2. Um Movimento Feminino, Conservador e Pela Anistia

### 2.1. O processo de reabertura política e a formação do MFPA

Os anos de governo de Ernesto Geisel foram marcados por um movimento de abertura política, processo “lento, gradual e seguro”. Questões acerca da anistia batiam de frente com setores da oposição democrática, identificados como “linha-dura”. Havia debates sobre o retorno de políticos cassados e exilados, denúncias de torturas e outras violações aos direitos humanos, e sobre a interrupção das campanhas pela anistia política.<sup>53</sup> Ao final do governo de Geisel “havia sido dados alguns passos importantes no sentido de abrandamento das formas de dominação política, destacadamente a revogação dos atos institucionais e reforma da Lei de Segurança Nacional.” (LEMOS, 2002, p.293)<sup>54</sup>

Denise Rollemberg tipifica algumas vertentes interpretativas no que tange ao processo de reabertura política do país. De modo geral, a primeira vertente foca no papel dos movimentos de resistência na *crise da ditadura*, trazendo o Estado apenas como uma *força coercitiva*, associando a insatisfação social com o regime à crise do *milagre econômico*<sup>55</sup>. A segunda interpretação inverte a linha de pensamento, e traz a abertura política como fruto do sucesso do milagre econômico. Tal visão aborda a diferença entre os grupos militares *linha dura* e *linha moderada*, contrários à reabertura política e influentes no controle do ritmo desse processo, e que apenas após um período crises internas e econômicas deixariam de controlar a transição do regime. A terceira visão centra o debate da transição nos conflitos internos da corporação militar, pontuando que os militares sempre estiveram no controle de todo o processo.<sup>56</sup>

Dentre as versões apresentadas por Rollemberg, Denise Felipe aponta a prevalência da primeira vertente, que contribuiu para a construção de uma *memória coletiva* sobre o Regime Militar e priorizou a ação dos movimentos opositores, essenciais para o fim da ditadura

<sup>53</sup> LEMOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**. Topoi. Revista de História (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, dez. 2002. p. 293. DOI: 10.1590/2237-101X003006012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/PvRCYJfkJSkp3YjSHdHHcNS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 jun 2025

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> Para uma análise detalhada do chamado “milagre econômico” e sua influência propagandística, ver: SILVA JÚNIOR, Carlos Fico da. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil, 1969-1977**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

<sup>56</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011. p. 101. ISBN 978-85-200-0862-1

militar brasileira.<sup>57</sup> Rollemberg afirma que “No fim dos anos 1970 e na década de 1980, era a versão mais palatável, não porque imposta, mas por corresponder melhor às demandas e às aspirações, por acreditar resolver muitas questões por oposições: civis e militares, a favor do regime e contra o regime.”<sup>58</sup>

Neste contexto, Mislele Silva aponta que setores da classe média, que antes apoiaram o golpe de Estado, tornaram-se opositoras às prisões arbitrárias e práticas de tortura do governo, a partir do momento em que o *milagre econômico* entrou em crise, e perceberam que não estavam livres da repressão do Estado.<sup>59</sup>

A distensão promovida pelo presidente Geisel foi um ponto chave para a discussão a favor da anistia, e é neste contexto em que nasce o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975.

Fundado por Therezinha Godoy Zerbini, em São Paulo, o MFPA se aproveita da proposta da Organização das Nações Unidas em comemorar o Ano Internacional da Mulher, sob os princípios de *Igualdade, Desenvolvimento e Paz*. O Movimento toma a Paz como principal bandeira da defesa dos Direitos Humanos no Brasil, os quais vinham sendo exorbitantemente violados ao longo do regime ditatorial.

Os *direitos humanos* são valores construídos historicamente, perpassando por períodos conturbados da política estadunidense e europeia – como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada pós Revolução Francesa, em 1789<sup>60</sup>, e a Declaração dos Direitos, anexada à Constituição dos Estados Unidos da América em 1791<sup>61</sup> –, e chegando à Idade Contemporânea com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, construída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948.<sup>62</sup>

Mislele Sousa pontua que:

<sup>57</sup> RIBEIRO, Denise Felipe. **A anistia brasileira**: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1576.pdf>.

<sup>58</sup> Denise Rollemberg, *op.cit.* p.102.

<sup>59</sup> Mislele Sousa, *op.cit.* p.61.

<sup>60</sup> FRANÇA. **A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Embaixada da França no Brasil, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em: 30 jun 2025

<sup>61</sup> UNITED STATES NATIONAL ARCHIVES. **The Bill of Rights**: a transcription of the 1789 Joint Resolution of Congress proposing 12 amendments to the U.S. Constitution. Washington, D.C.: National Archives, 2025 (rev. 28 abr. 2025). Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs/bill-of-rights-transcript#toc-transcription-of-the-1789-joint-resolution-of-congress-proposing-12-amendments-to-the-u-s-constitution-2>. Acesso em: 30 jun 2025

<sup>62</sup> UNICEF Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S.l.], Fundo das Nações Unidas para a Infância, s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

O Brasil foi um dos países que aprovaram a declaração, porém, os direitos humanos só entraram no ordenamento jurídico nacional em 1988, com a constituição promulgada naquele ano. Ao usarmos o conceito de direitos humanos aqui, estaremos alinhados portanto com a visão exposta na Declaração Universal de Direitos humanos, e especificamente na garantia da vida e dignidade humana, tendo em mente tanto sua integridade física como psicológica e a busca de um Estado como mecanismo de perpetração desses direitos e não de agente da violência.<sup>63</sup>

Como apresentação do Movimento Feminino pela Anistia, foi lançado o “Manifesto da mulher brasileira em favor da Anistia”, visando a “pacificação, a concórdia e a reconciliação da Nação consigo mesma.” (ZERBINE, 1979)<sup>64</sup>

Nós, mulheres Brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.  
Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.  
Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA, AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.  
Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia de necessidade da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO!<sup>65</sup>

Após a publicação do Manifesto, o MFPA começou a contatar várias mulheres de todo o país por meio de cartas, com o propósito de coletar assinaturas de apoio ao documento. O discurso de divulgação era pautado nos princípios de solidariedade e coragem feminina de empreenderem um papel na luta política, levantando “a bandeira da Anistia como uma bandeira de Direitos Humanos”.<sup>66</sup>

A figura de Therezinha Zerbine gera controvérsias tanto entre as integrantes dos núcleos do MFPA quanto entre as representantes do movimento feminista em ascensão no país. Esposa do prestigiado general Euryale Zerbine, cassado logo após a instauração do regime militar por defender o governo de João Goulart, Therezinha era advogada, cristã, e fazia questão de enfatizar o caráter não feminista do movimento.<sup>67</sup> O perfil das demais integrantes não era discrepante, Mariane da Silva afirma que:

<sup>63</sup> Mislele Sousa, *op.cit.* p.59.

<sup>64</sup> ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia**: semente de liberdade. São Paulo: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1979. p.5.

<sup>65</sup> *Ibidem.* p.27.

<sup>66</sup> *Ibidem.* p.5.

<sup>67</sup> SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino da Anistia**: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. 2015. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174730/TCC%20FINAL%20-%20MARIANE%20DA%20SILVA%20.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 jun 2025

O perfil das participantes do Movimento Feminino pela Anistia são mulheres concernentes da classe média e que, também, lutavam pela reconstrução de suas famílias, pelo retorno dos seus filhos, maridos, amigos ao lar e as “suas responsabilidades”. [...]

Diante desse quadro de identificações, a adoção de diferentes identidades - além do que era “esperado da mulher” - ao abraçarem uma causa coletiva, contribuíram para o processo de quebra e reelaboração de normas, tabus e valores que afetavam diretamente a vida em sociedade, buscando outras identificações.<sup>68</sup>

A relação de Therezinha com a luta política não se inicia com a formação do MFPA. Em novembro de 1969, Zerbine foi indiciada por investigações referentes ao Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), no qual ajudou Frei Tito<sup>69</sup> a conseguir um sítio para a realização do Congresso em Ibiúna (SP). Foi presa em fevereiro de 1970 e levada à sede da Operação Bandeirante (Oban)<sup>70</sup>, onde permaneceu por cinco dias presenciando as torturas acometidas por Frei Tito, mas não foi torturada. Depois, foi transferida para o Dops, onde passou mais uma semana, antes de ser levada ao Presídio Tiradentes, ficando detida por seis meses.<sup>71</sup> Suas experiências com a condição de presa política, vítima e observadora das atrocidades da repressão, deram impulso para apoiar movimentações da resistência à ditadura

[Therezinha] Recebeu e abrigou vários procurados pelo regime em fuga, ou recém libertos, com roupas, dinheiro ou lugar para se esconder. Alimentou e cuidou de alguns torturados e feridos. Arranjava lugares para reuniões de grupos políticos, como foi o caso do congresso clandestino de Ibiúna em 1968. Esse também era o caso de outras mulheres que se juntaram ao movimento, trabalhando nas sombras de uma resistência silenciosa, cada vez mais pressionada. (CARBONI, 2008, p.12)<sup>72</sup>

O MFPA começa atraindo um pequeno grupo de mulheres, decididas a se manifestarem de maneira pacífica e articulada, e atrai a atenção internacional com sua fala no México, no *Congresso Internacional das Mulheres*, organizado pela ONU, em 1975.<sup>73</sup> No

<sup>68</sup> *Ibidem*. p.25.

<sup>69</sup> Frade católico brasileiro, preso em 1968 por participar do congresso clandestino da UNE em Ibiúna (SP). Tornou-se alvo de perseguição pela repressão militar, e preso pela segunda vez em 1969, acusado de ajudar Carlos Marighella. Na prisão, Frei Tito escreveu sobre a tortura que sofreu, e o documento se tornou símbolo da luta pelos direitos humanos. Traumatizado pela tortura, foi encontrado em Lyon, na França, após ter cometido suicídio. In: BRASIL. **Memórias da Ditadura**. Frei Tito de Alencar Lima. [s.l.], Memórias da Ditadura, s.d. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/frei-tito-de-alencar-lima/>. Acesso em: 30 jun 2025

<sup>70</sup> “A Oban foi criada para centralizar as investigações e o desmantelamento das organizações de esquerda – armadas ou não –, sob direção do Centro de Informações do Exército (CIE). O objetivo era dar mais eficiência à repressão, coordenando os diversos aparelhos policiais (militares e civis) e as Forças Armadas.” In: BRASIL. **Memorial da Democracia**. Nasce a Oban, braço da tortura em SP. 29 jun. 1969. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp>. Acesso em: 30 jun 2025

<sup>71</sup> BRASIL. **Memórias da Ditadura**. Therezinha Zerbini. [s.l.], Memórias da Ditadura, s.d. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/therezinha-zerbini/>. Acesso em: 30 jun 2025

<sup>72</sup> CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa (1975-1979)**. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13070>. Acesso em: 10 jul 2025

<sup>73</sup> Therezinha Zerbine, *op.cit.* p.28 - 29.

Brasil, surgiram núcleos do Movimento em diversos estados, que se articulavam nacionalmente: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Paraná, Brasília, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Sergipe.<sup>74</sup> Com o intuito de promover uma abordagem do micro ao macro, serão explorados alguns núcleos específicos, que servirão de base para a compreensão do Movimento em geral.

No Ceará, o MFPA possuiu dois núcleos, um em Fortaleza e outro nas cidades vizinhas de Crateús e Tauá.<sup>75</sup> Dentro do MFPA-CE, havia uma certa discórdia entre as “familiares” e as “politizadas”. “As primeiras, como o nome diz, tinham parentes atingidos diretamente pela repressão da ditadura, já as segundas eram mulheres que tinham uma atuação política antes do movimento, e perceberam o mesmo como uma maneira de continuar na luta.” (SOUSA, 2019, p.88)<sup>76</sup>. Os embates ideológicos davam-se também no âmbito nacional do Movimento. Therezinha era contra o partidarismo e a presença de homens dentro do movimento, o que entrava em conflito com o núcleo cearense, que permitia a participação masculina.<sup>77</sup>

Em Santa Catarina o clima era de insegurança política, devido à *Operação Barriga Verde*, executada em novembro de 1975. A Operação foi uma das piores vivenciadas pelos catarinenses, extremamente violenta, com inúmeros sequestros e prisões clandestinas. No total, 41 pessoas foram detidas sob a alegação de associação ao Partido Comunista Brasileiro. O MFPA agiu juntamente ao Movimento Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), auxiliando os familiares dos encarcerados e exercendo pressão pelos julgamentos e acusações formais na justiça. O núcleo de Santa Catarina contou, também, com o apoio da Igreja Católica em suas movimentações, expondo a luta pela Anistia de maneira *idônea e apartidária*.<sup>78</sup>

Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil, foi designada para comandar o núcleo do MFPA no Rio Grande do Sul. Therezinha e Dilma se conheceram na prisão, e apesar de terem

---

<sup>74</sup> Mislele Sousa, *op.cit.* p.85.

<sup>75</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos de gênero em narrativas de mulheres: reconstruindo vivências no Movimento Feminino pela Anistia no Ceará.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005\\_c7af433a3d21f1f6ca7b7e7dbd3ae517.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_c7af433a3d21f1f6ca7b7e7dbd3ae517.pdf) f. p.3. Acesso em: 10 jul 2025

<sup>76</sup> Mislele Sousa, *op.cit.*

<sup>77</sup> *Ibidem.*

<sup>78</sup> SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino pela Anistia: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979.** 2015. 95 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

visões e táticas políticas diferentes, acabaram se aproximando.<sup>79</sup> Ao contrário dos outros núcleos, o MFPA- RS não entrou em conflito com as perspectivas de Therezinha Zerbine

Em relação ao grupo do Rio Grande do Sul não há indícios de desentendimento ou disputas, pelo menos na questão da concepção da anistia, as presidentes Mila e Lícia dialogavam com tranquilidade com a presidente nacional, de modo que implementaram o MFPA no RS aos moldes do originado em São Paulo. As diferenças entre os dois núcleos se deram na maneira como foram executadas as ações do grupo, na receptividade tanto dos políticos em disseminar a causa, tanto dentro das organizações da sociedade civil e nos espaços que foram ocupados por elas. A modificação maior se deu quando os movimentos em geral ultrapassaram o objetivo inicial de o MFPA não se colocar em um movimento de massas. (DUARTE, 2009, p.122)<sup>80</sup>

Com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978, influenciado pelo MFPA, a luta pela anistia se amplia no Rio Grande do Sul, e também no restante do país.

Em Curitiba, a jornalista Joana Lopes se torna uma importante aliada na divulgação do MFPA e na pauta da anistia. Em meados de 1975, no início da atuação do Movimento, a jornalista recebeu o *Manifesto da mulher brasileira* pela redação do jornal *Folha de Londrina*, onde trabalhava. Joana se entusiasmou com o Movimento, e estimulou a ideia de um jornal para a divulgação da pauta. Dessa maneira, começa uma parceria entre os núcleos de São Paulo e Curitiba, a partir da articulação do jornal *Brasil Mulher* como um espaço de publicização das ações e propostas do MFPA.” (CARBONI, 2008, p. 33)

O núcleo em Minas Gerais surgiu em junho de 1977, após uma assembleia de fundação que reuniu cerca de 107 mulheres. O núcleo foi presidido por Helena Greco – ilustre representante da luta pela anistia no país, que posteriormente também integrou o CBA<sup>81</sup> – e tornou-se um dos maiores do país. Além da anistia, o grupo mineiro também lutava por “questões referentes à mulher e a discriminação das mesmas, além de pautas de direitos humanos, racismo e condições de vida.” (SOUSA, 2019, p.137-138) Em Minas Gerais, o MFPA conquistou o apoio de grupos estudantis e de setores da Igreja Católica, contando com auxílio na panfletagem e no acolhimento das integrantes para as reuniões, respectivamente.

<sup>79</sup> *Ibidem*.

<sup>80</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: a trajetória do movimento feminino pela anistia no Rio Grande do Sul (1975–1979)**. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. Disponível em: [https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3565/deslocamentos\\_vinculos.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3565/deslocamentos_vinculos.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jul 2025

<sup>81</sup> Mislele Sousa, *op.cit.* p.137.

Em um dossiê intitulado “A quem interessa o terror?”<sup>82</sup>, redigido pelo MFPA-MG; pelos jornais “De Fato” e “Em tempo”; pelo Diretório Central dos Estudantes da UFMG; o Grupo de Padres pelos Direitos Humanos; pela Igreja São Francisco das Chagas e pelo advogado Geraldo Magela Almeida, foram detalhadamente denunciados os 36 atentados ocorridos em Belo Horizonte.<sup>83</sup> O documento afirma que a violência contra grupos opositores do regime e defensores da Democracia eram constantes no país, visando o silenciamento dos mesmos. Os atentados ilustram a lei de “segurança nacional”, e eram cometidos por *grupos terroristas* auto intitulados GAC (Grupo Anticomunista) e MAC (Movimento Anticomunista). Mislele Sousa resume algumas das ações cometidas por esses grupos e delatadas no dossiê:

- Invasão, pichação e explosão de bomba no Diretório Acadêmico do curso de Medicina da UFMG;
- Explosão de bomba na Igreja São Francisco das Chagas;
- Explosão de bomba no Centro Cultural do DCE da UFMG;
- Explosão de bomba no estacionamento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG;
- Explosão de bomba na portaria da Faculdade de Direito da UFMG;
- Bilhetes contendo ameaças a Helena Greco;
- Explosão de bomba no saguão do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG;
- Danificação de carros das integrantes do MFPA-MG;
- Explosão de bomba na oficina gráfica da Sede Administrativa do DCE- MG;
- Explosão de bomba na casa de Helena Greco;
- Distribuição de cartazes falsificados, com o objetivo de desmoralizar o MFPA- MG. (SOUSA, 2019, p.140)

Sousa provoca o pensamento acerca da repressão sofridas pelas mulheres do MFPA, especialmente as mineiras. A autora expõe que o regime militar “menosprezava a ação das mulheres” (SOUSA, 2019), inferiorizando a criação de jornais e movimentos femininos e feministas, acusando-os de serem ineficientes e inofensivos na oposição ao regime. Sousa prossegue apontando o machismo como forma de repressão, na maneira com que mulheres eram vistas como “fantoques” dos comunistas, incapazes de ter o conhecimento e a capacidade de se organizarem e lutarem politicamente.<sup>84</sup>

O MFPA-MG se sobressai nos ataques repressivos, sob a hipótese de ter se unido à outras questões feministas e à pautas sociais mais amplas. Helena Greco, a partir da sua atuação no Movimento, percebeu que era necessário ampliar a luta pelo retorno dos exilados, tendo em vista mudanças políticas e econômicas do país, unindo a causa dos Direitos

---

<sup>82</sup> Anexo 13. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos por grupo para-militares em Belo Horizonte. Disponível em: <http://docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&PagFis=73146> Acesso em: 10 jul 2025

<sup>83</sup> Mislele Sousa, *op.cit.*

<sup>84</sup> *Ibidem.*



Humanos à diminuição das desigualdades sociais. O núcleo mineiro, portanto, se destacou na “vinculação do movimento pela anistia com os movimentos populares” (SOUSA, 2019), diferentemente do escopo original do Movimento de Therezinha Zerbine.

O MFPA-MG objetivava incentivar discussões e pensar nas alternativas para que a mulher tivesse uma participação mais efetiva na sociedade. Pautas como: sexualidade feminina, educação da mulher, trabalho doméstico, condições de trabalho, desigualdade salarial e a participação política da mulher, faziam parte do cotidiano do movimento. (SOUSA, 2019, p.150)

Enquanto Zerbine se reafirmava constantemente como feminina, mas não feminista, Helena Greco se autodenominava feminista, agregando a pauta da anistia à luta por direitos das mulheres, coletivizando a atuação do Movimento. Greco, porém, enfatiza o pioneirismo do MFPA, que se inicia com a participação de familiares dos atingidos pelo regime e amplia a luta para que, independente das motivações, as mulheres se articulem como sujeitos ativos politicamente.<sup>85</sup>

## **2.2. *Brasil Mulher e Maria Quitéria - Feminino, não feminista!***

O jornal *Brasil Mulher* se consolida como primórdio um jornal alternativo feminista, divergindo da proposta inicial de Therezinha Zerbini, de promover o MFPA como um Movimento apartidário e sem ideologias. Com a ampliação do jornal e a entrada de mulheres feministas em sua redação, Zerbine opta pelo rompimento com o projeto

O jornal *Brasil Mulher*, por exemplo, nasceu dentro da campanha da Anistia. O número zero foi tirado do nosso Movimento e a pauta número 1 ainda foi feita em casa. Na hora de registrar o jornal, o núcleo de Londrina houve por bem não querer tirá-lo como sendo do MFPA e sim de uma Sociedade *Brasil Mulher* criada para isso. Ainda fiquei nessa Sociedade e marchamos juntas por algum tempo. Éramos cinco ou seis pessoas dando uma direção ao jornal, mas depois a Sociedade se abriu e entraram 50 mulheres que não tinham nada com o MFPA. Queriam fazer um jornal feminista, galvanizado pelo Ano Internacional da Mulher mas sem nenhum vínculo com nosso movimento. (ZERBINE, 1979, p. 23-24)

O anti-feminismo de Therezinha não era novidade, a líder do MFPA enfatizava, desde o início, o repúdio à causa ideológica e a exclusividade do Movimento na luta pela anistia.

---

<sup>85</sup> *Ibidem*.

Zerbine afirmava que “as lutas feministas, como são colocadas no Brasil, são inadequadas no tempo e no espaço.”<sup>86</sup> A presidente do movimento acusa o movimento feminista, emergente no país também ao longo dos anos 1970, de ser um movimento carregado de influências europeias e estadunidenses, o que não faria sentido para as pautas do continente latino-americano. Para Therezinha, a mulher não é explorada pelo homem, mas sim, pelo sistema: “Não existe diferenciação entre o homem e a mulher. O fundamental é a luta pela liberdade do ser humano. A inteligência não tem sexo. Não fez sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade.”<sup>87</sup>

É necessário frisar, porém, a heterogeneidade dos movimentos femininos no Brasil. O MFPA reforça o tradicionalismo feminino, reafirmando o compromisso da mulher como defensora da paz, da família, e da nação. Porém, apesar de o movimento não se relacionar diretamente com as pautas de gênero, é inegável que o MFPA agiu como precursor e influenciador na inserção de mulheres na luta política, e, por vezes, na pauta feminista.<sup>88</sup>

A ascensão do movimento feminista na década de 70, de fato, buscava referências europeias para suporte de seus coletivos, grupos de estudo, jornais, revistas e campanhas, mas com especificidades que o contexto sócio-político do período ditatorial trouxe para o feminismo brasileiro.<sup>89</sup> Em 1976 é criado, no Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), a partir do retorno de exiladas políticas, proposto como um centro de “estudo, reflexão, pesquisa e análise”<sup>90</sup> e com o objetivo de veicular e divulgar “problemas reais da mulher, no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição.”<sup>91</sup>

O debate acerca do destino do *Brasil Mulher* agradava a idealizadora Joana Lopes, já que o jornal se destacava na luta política da brasileira em um contexto antidemocrático, e suas integrantes passaram a adotar também uma filiação partidária ou sindical.<sup>92</sup> Para Therezinha Zerbine, porém, o jornal havia perdido sua essência ao assumir a luta por outras pautas, e portanto, rompe com o jornal e lança o *Boletim Maria Quitéria*, em 1977.

<sup>86</sup> Therezinha Zerbine, *op.cit.* p.22

<sup>87</sup> *Ibidem.* p.232.

<sup>88</sup> Mislele Sousa, *op.cit.* p.103.

<sup>89</sup> SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998

<sup>90</sup> PITANGUY, Jaqueline; MOREIRA ALVES, Branca. **Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 352 p.105. ISBN 978-65-86719-96-3.

<sup>91</sup> *Ibidem.*

<sup>92</sup> SOUZA, Joyce Simões de. **Imprensa feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio enquanto movimento de resistência (1975 a 1980)**. 2025. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. p.54. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/24091/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Joyce%20Sim%c3%b5e%20de%20Souza%20-%202025%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 14 ago 2025

Maria Quitéria foi a primeira mulher a fazer parte do exército brasileiro, disfarçada de homem, lutou pela Independência do país e se tornou um símbolo de heroína nacional. A escolha do nome não foi ao acaso, a figura de Maria Quitéria representou o Movimento Feminino de tal forma que os militares não o vissem como uma provocação ao regime, permitindo sua circulação “livremente”. O boletim era distribuído em pequena escala, em atos ou eventos públicos,<sup>93</sup> e sua primeira edição já apresentava uma enorme manchete com os dizeres “Por que a nossa luta em favor da anistia?”<sup>94</sup> O boletim também já deixava claro seu posicionamento frente ao movimento feminista, iniciando a primeira página da redação com a frase “Não somos feministas. Somos, sim, pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país.”<sup>95</sup>

O boletim contou com quatro edições, duas em 1977, uma em 1978 e uma em 1979, divulgando as atividades do MFPA e a luta pela anistia. Maria Cecilia Carboni aponta a desconexão do MFPA e do boletim com a evolução da luta nacional pela anistia. Em nenhum momento o Movimento debate sobre desaparecimentos e mortes relacionados a crimes políticos, além de não propor nenhum tipo de punição aos responsáveis pelos órgãos de repressão militares:<sup>96</sup>

Mora nesse silêncio do boletim e do MFPA a reconciliação, a paz e o esquecimento que a anistia pode trazer. E é aí que se encontra também a porta que começa isolar o MFPA do resto do movimento por anistia, o que o torna estanque dentro da campanha, encerrado num tempo, respondendo ao imediato e não se alinhando com os fatos que estavam acontecendo naquele momento. Por isso o boletim acaba e posteriormente o MFPA também. O Maria Quitéria não se liga com o tempo posterior da anistia, os acontecimentos históricos após 1979 não abrem condições de possibilidade para a continuação do boletim e do MFPA, que não se adaptam às mudanças e se tornam pontualmente historicizados, apenas se ligando ao tempo anterior ao da campanha por anistia. (CARBONI, 2008, p.47 - 78)

As táticas de atuação do MFPA foram frequentemente contestadas pelas integrantes dos núcleos nacionais. Em uma conferência realizada em Salvador em 1977, Therezinha é questionada sobre como o movimento busca conscientizar a população, já que, para a pessoa da pergunta, não é uma mobilização que se dará apenas por abaixo-assinados. Therezinha rebate:

<sup>93</sup> Maria Cecilia Conte Carboni, *op.cit.* p.5

<sup>94</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. **Maria Quitéria** – 1. São Paulo: ASMOB, 1975. 16 p. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/maria-quiteria-1/>.

<sup>95</sup> *Ibidem*.

<sup>96</sup> Maria Cecilia Conte Carboni, *op.cit.* p.47

O que eu posso dizer para você é que a luta da anistia não é uma luta só de abaixo-assinado, nem de assinaturas, meu filho. Eu acho que essa colocação é injusta e desrespeitosa. Se o companheiro que é tão imaginoso e tão corajoso, nos campos, nas searas do Senhor têm trabalho para todo mundo. Você pode arranjar uma forma de lutar pela anistia que seja mais forte e eficaz que a nossa. Nós achamos esse caminho. Há trevas a 12 anos e em 11 anos não tinha nada organizado em luta pela anistia, nada, tinham vozes esparsas – um senador, um deputado, um cardeal, mas, coisa organizada não tinha. Núcleos de anistia não caem do céu. (ZERBINE, 1979, p.79)<sup>97</sup>

Therezinha Zerbine aponta ainda que, para que a luta contra a miséria, a liberdade de expressão, a censura e o “capital alienígena” seja efetiva, é necessário focar na demanda crucial e urgente da anistia. A partir da luta pela anistia, que é também a luta pela redemocratização do país, haverá liberdade para os grupos se reorganizarem em prol de outras pautas.

Zerbine tem consciência do local de fala do MFPA. Sabe que, tanto ela quanto as outras integrantes estão em uma posição econômica-social favorável, e que tal fator, somado à sua formação acadêmica, possibilita que suas ações se voltem à questão da anistia também no campo jurídico.

Eu quero falar com vocês agora de coração na mão. Eu não tive contato nenhum com a mulher operária, nem com a mulher camponesa. Pelo que vocês podem deduzir e podem ver, da minha figura, é que sou de média burguesia para alta. Acontece que a mulher operária e a mulher camponesa estão esmagadas pelos problemas mais primários, como o problema da fome, filhos morrendo, elas indo para o desespero, essas mulheres não têm condições de fazerem o que estou fazendo. Eu vou lhes dar meu testemunho de coração. Poucas mulheres no Brasil tem condições de fazer o que estou fazendo. Em primeiro lugar, sou advogada e como advogada posso tratar com certa habilidade com um instituto do direito. Eu tenho uma situação econômica folgada que me proporciona estar saindo de minha casa por uma semana ou por dias. Eu sou mulher de um general do Exército Brasileiro, cassado para honra minha e dos meus filhos. Eu tenho um poder de combatividade, eu sei que tenho condições de, nessa hora, quando a mulher brasileira não é uma mulher politizada, passar muita coisa. Então, eu acho que quem recebeu mais de Deus, pois sou cristã e não marxista, sou cristã e democrata, tem obrigação de dar o que recebeu. Eu não tenho acesso à mulher operária e à mulher camponesa, mas, por exemplo, quem foi tocado, sensibilizado, atingido pelo trabalho e quem não é burro, sabe que é a hora da gente lutar, da gente abrir a porta. [...] cada um faz o seu caminho, mas, temos que abrir a porta juntos, então, quem tem condições de chegar à mulher operária e à mulher camponesa aí está a missão. Estou fazendo o que posso. (ZEBINE, 1979, p.80-81)<sup>98</sup>

A presidente do movimento, portanto, percebe suas limitações de alcance, se mostra interessada em ter mais contato com as mulheres de outras classes sociais, mas demonstra não saber como estabelecer esse contato na prática.

<sup>97</sup> Therezinha Zerbine, *op.cit.*

<sup>98</sup> *Ibidem.*

### Considerações finais - uma Anistia posta em prática

Entre 1975 e 1978, o MFPA buscou o apoio de parlamentares do MDB, da Igreja Católica, do Movimento Estudantil, e até mesmo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)<sup>99</sup>. A partir da disseminação da campanha pela anistia, em 1978 surge o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), organização de âmbito nacional iniciada no núcleo do Rio Grande do Sul. Mais abrangente que o MFPA, o CBA contou com a presença de mulheres e homens, representando diversas organizações e movimentos sociais: “o movimento sindical, do movimento estudantil, do movimento de justiça e direitos humanos, de organizações feministas e ambientalistas, familiares de mortos e desaparecidos, e também organizações políticas legais e clandestinas. (RODEGHERO, 2009, p.107)<sup>100</sup>

Em novembro de 1978 é realizado o I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo, articulando tais movimentos de oposição do país e delegações estrangeiras.<sup>101</sup> Os líderes do Congresso desejavam:

A Anistia pela qual lutamos deve ser Ampla – para todas as manifestações de oposição ao regime; Geral – para todas as vítimas da repressão; e Irrestrita – sem discriminações e restrições. Não aceitamos a anistia parcial e repudiamos a anistia recíproca. Exigimos o fim das torturas e do aparelho repressivo e a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do regime a que eles servem.<sup>102</sup>

Em junho de 1979, o presidente João Batista Figueiredo enviou ao Congresso Nacional seu projeto de anistia. Tal passo não foi dado em falso, mas sim, fazia parte do projeto de transição política iniciado no governo Geisel, uma medida que garantia a distensão lenta e segura para a volta de um governo civil.<sup>103</sup> A proposta agiu também como uma resposta à pressão de setores políticos e civis em prol da anistia, como as movimentações do MFPA, do CBA e do MDB.

<sup>99</sup> Assim como a Igreja Católica, a OAB se posicionou como uma das bases do golpe, estando presente nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, mas “mudou de lado”, exercendo um importante papel na luta pelos direitos dos perseguidos políticos e pela redemocratização do país. Para mais informações, ver: Rollemberg, Denise. **Memória, opinião e cultura política**: a Ordem dos advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). Modernidades alternativas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 57-96.

<sup>100</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **Para uma história da luta pela Anistia**: o caso do Rio Grande do Sul (1974 – 1979). Tempo e Argumento: Revista do programa de pós-graduação em História, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009, p.107.

<sup>101</sup> GRECO, Heloísa. Direito à memória, à verdade e à justiça: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (Org.). **O Direito Achado na Rua**, vol. 7. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia / Universidade de Brasília, 2003. p.58

<sup>102</sup> Carta do Congresso Nacional pela Anistia, São Paulo, 5 de novembro de 1978, p. 5-7.

<sup>103</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia entre a memória e o esquecimento** = Amnesty between memory and oblivion. História Unisinos, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 131–139, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5081>. Acesso em 13 ago 2025

De acordo com o projeto governamental, seriam anistiados aqueles indivíduos que, entre 1961 e 1979, cometeram crimes políticos ou ligados à esses, com exceção aos condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Ademais, o projeto contava com o retorno de funcionários ao serviço público, e familiares que tinham parentes desaparecidos há mais de um ano poderiam requerer uma declaração de ausência do governo.<sup>104</sup>

Para a historiadora Heloísa Greco, a lei de anistia parcial é “a representação positivada da estratégia do esquecimento e da produção do silenciamento” (GRECO, 2003, p.297). A autora afirma que a lei reflete a matriz da Doutrina de Segurança Nacional<sup>105</sup>, com *dispositivos* voltados para a ocultação da verdade e interdição da memória: a reciprocidade, a exclusão dos guerrilheiros e a declaração de ausência.<sup>106</sup>

A *reciprocidade* foi a garantia de impunidade daqueles que executavam crimes contra os direitos humanos ao longo da ditadura – torturas, assassinatos e desaparecimentos –. Greco afirma que a anistia, parcial e condicional da maneira como foi imputada, é total e prévia para aqueles que contribuíram com a repressão do regime, antes mesmo de haver qualquer julgamento. A *exclusão dos guerrilheiros* reiterou quem era o inimigo da Doutrina e a necessidade de eliminá-lo; e a *declaração de ausência* desculpabilizou o Estado pela questão dos desaparecidos políticos.<sup>107</sup>

Janaína de Almeida Teles é, também, crítica ferrenha das políticas de justiça empregadas pelos governos pós-ditatoriais. Para a historiadora, o projeto de Lei de Anistia favoreceu vítimas e algozes, reafirmando o estado de *guerra* do país, em que ambos os lados se *excederam*, equiparando a tortura praticada pelos agentes do Estado às ações políticas da oposição.<sup>108</sup> Este processo de anistia recíproca impactou o imaginário social acerca do período da ditadura. A autora afirma que

O trabalho de luto relacionado ao período da ditadura não teve o caráter social ou coletivo como foi e é vivenciado em outros países latino-americanos. Diante de um passado que permanece em segredo, sem uma ampla mobilização social de reivindicação pelo esclarecimento dos abusos dos direitos humanos ocorridos no período, sem os rituais, mecanismos e leis que garantam o “direito à verdade e à justiça”, esses agravos sem solução continuam a exigir um trabalho

<sup>104</sup> *Ibidem*.

<sup>105</sup> Antiga Escola Superior de Guerra, a DSN visava a proteção do Estado contra ameaças internas e externas, especialmente uma guerra total e permanente contra o comunismo. Ver: Mislele Sousa, op.cit. p.33.

<sup>106</sup> Heloísa Greco, *op.cit*.

<sup>107</sup> *Ibidem*.

<sup>108</sup> TELES, Janaína de Almeida. **As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979**. Revista Idéias, Campinas (SP), v. 1, n. 1, p. 71–93, 1º semestre 2010. DOI:10.20396/ideias.v1i1.8649306. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649306>. Acesso em: 11 ago. 2025.

coletivo de simbolização para impedir que o trauma histórico produza ressentimentos ou outras formas de “abusos da memória”.

A “justiça de transição” do Brasil vem se dando de modo lento e gradativo. O ano de 1995 compõe um importante marco no processo de reparação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso o Estado reconheceu sua responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos políticos, e pelos atos de exceção cometidos durante o regime militar.<sup>109</sup> Paulo Abrão afirma que “a anistia é um ato político onde reparação, verdade e justiça são indissociáveis”<sup>110</sup>, e as medidas de reparação simbólica se fazem extremamente necessárias para a reconstrução da memória social da ditadura. Abrão identifica três vantagens no processo de transição brasileiro: o trabalho das Comissões de Reparação na promoção do *direito à verdade*, revelando narrativas e ampliando a consciência da necessidade de expor as violações cometidas; os atos do Estado de reconhecimento das graves violações aos direitos humanos, produzidos pelas próprias Comissões; e a contribuição do processo de reparação para o avanço da produção de conteúdo de políticas de memória, como livros e adaptações cinematográficas.

Para exemplificar como as políticas de impunidade agem e o efeito do discurso na produção de memória coletiva, Caroline Bauer expõe o caso ocorrido no dia 17 de abril de 2016, na sessão que aprovou o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o deputado e reservista Jair Bolsonaro dedicou seu voto favorável à destituição da presidenta “Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a *Folha de S.Paulo*, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!”(BOLSONARO, 2016)<sup>111</sup> Ustra foi um “torturador” declarado pela Justiça. Durante seu período de comando do DOI-CODI do II Exército em São Paulo, de 1970 a 1974, 40 pessoas morreram naquele local ou sob a tutela das equipes que ali atuavam.<sup>112</sup> Bauer aponta que a repercussão do vídeo foi tamanha que “pesquisas por ‘Brilhante Ustra’ no Google tiveram um aumento exponencial junto com outros termos correlatos, e o verbete ‘Carlos Alberto Brilhante Ustra’ na *Wikipédia* teve 196.503 visualizações em 24 horas, sendo editado 90 vezes por 47 pessoas diferentes no mesmo período.”(BAUER, 2018)

<sup>109</sup> Denise Felipe Ribeiro, *op.cit.* p.109.

<sup>110</sup> ABRÃO, Paulo. **Anistia e reparação**. O Globo, 23/07/2010.

<sup>111</sup> BOLSONARO, Jair. **Discurso na Câmara dos Deputados proferido em 17 de abril de 2016**. Em: Câmara dos Deputados – DETAQ, Sessão 091.2.55.O, plenário, 17 abr. 2016, 14:04. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=OD&Data=17/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ>. Acesso em: 15 ago. 2025.

<sup>112</sup> **Que história pública queremos?**, *op.cit.*

Não foi o único ataque de Bolsonaro à Dilma relacionado ao período em que a presidente esteve presa pelo Estado. Em 09 de fevereiro de 2024, a CNN Brasil publicou uma matéria denunciando um vídeo que “mostra Bolsonaro desdenhando de tortura de Dilma em reunião com ministros em 2022”<sup>113</sup>. Em tom de deboche, Bolsonaro falava de uma “ex-presidente aí” que diz ter sido torturada por 30 dias, acusando-a de não saber o que é tortura. Os ataques evidenciam que, mesmo se estabelecendo como sujeito ativo politicamente, Dilma Rousseff foi desrespeitada não apenas em decorrência do elogio à ditadura e da impunidade do autor das falas, mas também enquanto mulher, refletindo um padrão histórico de deslegitimação e apagamento das mulheres no espaço político.

As ações e discursos do ex-presidente, há tempos, atacam o Estado Democrático de Direito e exaltam o regime militar, enaltecendo as medidas repressivas executadas pelo Estado e contribuindo significativamente para o revisionismo e para a construção da memória social do período ditatorial. Mislele Sousa argumenta que a eleição de Bolsonaro à presidência da república é uma clara representação do êxito da transição democrática brasileira no que tange às políticas de apagamento e esquecimento – principalmente no que se refere à memória coletiva sobre o regime e à impunidade dos agentes do Estado, responsáveis pelas medidas de repressão, perseguições, torturas e desaparecimentos de civis.<sup>114</sup>

Urge a realização de um *reenquadramento* da memória nacional sobre o período ditatorial, de maneira ética e responsável. Ao colocar a anistia em posição central de debate, como articulado pelo MFPA, busca-se compreender sua relevância na luta pela garantia dos direitos humanos no Brasil, bem como seu papel na transformação do imaginário social e na conscientização acerca dos abusos perpetrados pelo Estado durante a ditadura. Muito diferente do ideal de anistia desejado pelos criminosos do “8 de janeiro”, no sentido de anistia como *amnésia* de Estado, como privilégio de agirem de maneira antidemocrática e violenta, sem serem devidamente responsabilizados e punidos.

A bandeira da anistia foi, e segue sendo, uma das principais bandeiras políticas levantadas no país, mas é imprescindível e urgente que a sociedade conheça e valorize a trajetória dessa luta – para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça e pelo compromisso com a verdade histórica.

---

<sup>113</sup> Soares, Jussara. **Vídeo mostra Bolsonaro desdenhando de tortura de Dilma em reunião com ministros em 2022**. CNN Brasil, 9 fev. 2024. Atualizado em 9 fev. 2024. Disponível em: CNN Brasil. Acesso em: 15 ago 2025

<sup>114</sup> Mislele Sousa, *op.cit.* p.154.



## Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **Memória e história: uma discussão conceitual**. Tempos Históricos, v. 15, n. 1, p. 317–343, 2011.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário**. Revista Justiça do Direito (UPF), v. 29, n. 3, p. 587–605, 2015.

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964**. Revista de História, n. 180, p. 1–19, 2021.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)**. Revista Gênero, v. 8, p. 175–208, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, v. 9, n. 20, p. 5–74, 2017.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil, 1969-1977**. Tese (Doutorado em História) – USP, 1996.

LEMONS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**. Topoi, v. 3, n. 5, p. 293, 2002.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? / What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural, v. 13, n. 27, p. 39–53, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 2, p. 201–217, 1988.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, 2004.

QUELER, Jefferson José. **Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 84, p. 121, 2014.

QUELER, Jefferson. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil**. Revista de História da Biblioteca Nacional, ago. 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia entre a memória e o esquecimento = Amnesty between memory and oblivion**. História Unisinos, v. 13, n. 2, p. 131–139, 2009.

RODEGHERO, Carla Simone. **Para uma história da luta pela Anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974–1979)**. Tempo e Argumento, v. 1, n. 1, p. 107, 2009.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino da Anistia: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979**. Monografia (Graduação em História) – UFSC, 2015.

SILVA, Mislele Souza da. **Mulheres em luta: o Movimento Feminino pela Anistia (1975–1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, 2019.

SOUZA, Joyce Simões de. **Imprensa feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UERJ, 2025.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia: semente de liberdade**. São Paulo: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

### Jornais e Revistas

ABRÃO, Paulo. **Anistia e reparação**. O Globo, 23 jul. 2010.

Correio da Manhã, 1º set. 1964.

Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 jan. 1963.

Folha de S. Paulo. **Hora Grave e Solene**. Editorial, 28 ago. 1961.

O Estado de Minas. **Povo paulista fará passeata contra o comunismo**. 18 mar. 1964.

Tribuna da Imprensa. **A Defesa da Liberdade**. Editorial, 29 ago. 1961.

### Documentos e Sites Institucionais

BRASIL. **Memórias Reveladas: exilados**. Arquivo Nacional, s.d.

BRASIL. **Exílio é a saída para milhares de brasileiros**. Memorial da Democracia, 1969.

BRASIL. **Memórias da Ditadura: Frei Tito de Alencar Lima**. Memórias da Ditadura, s.d.

BRASIL. **Memórias da Ditadura: Therezinha Zerbini**. Memórias da Ditadura, s.d.

BRASIL. **Memorial da Democracia: Nasce a Oban, braço da tortura em SP**. 1969.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, Conselho Mundial de Igrejas e Arquidiocese de São Paulo. **Projeto A – Brasil: Nunca Mais**. [s.d.].

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [s.d.].

UNITED STATES NATIONAL ARCHIVES. **The Bill of Rights**. Washington, D.C., 2025.